

*Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná*

2022

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas



CFIC/SECOFC/TRE-PR

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	Informações Gerais – Contexto Operacional	1
3.	Resumo das Políticas Contábeis	1
3.1.	Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas	1
3.2.	Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	2
3.2.1.	Principais critérios contábeis.....	2
3.2.1.1.	Reconhecimento de Ativos.....	2
3.2.1.2.	Reconhecimento de Passivos	4
3.2.1.3.	Reconhecimento de Receitas	5
3.2.1.4.	Reconhecimento de Despesas.....	6
4.	Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis.....	7
5.	Declaração da Contadora	8
6.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
6.1.	Balanço Patrimonial.....	10
6.2.	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	11
6.3.	Balanço Orçamentário.....	12
6.4.	Balanço Financeiro	13
6.5.	Demonstração do Fluxo de Caixas.....	14
7.	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	15
7.1.	BALANÇO PATRIMONIAL	15
7.1.1.	Ativo.....	15
7.1.2.	Passivo	24
7.1.3.	Patrimônio Líquido	25
7.2.	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	29
7.2.1.	Variações Patrimoniais Aumentativas.....	29
7.2.2.	Variações Patrimoniais Diminutivas	31
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	34

1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, subordinada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, responsável pela análise e elaboração das Demonstrações Contábeis, cumpre o seu dever constitucional e normativo de dar transparência à sociedade através do presente Relatório Contábil, o qual é parte integrante do Relatório de Gestão do Exercício de 2022

Esta peça procura desenvolver uma análise detalhada das informações contábeis apresentadas naquele relatório. Busca o uso de uma linguagem de fácil entendimento a todos os cidadãos, dos vários segmentos da sociedade em conjunto com o aprimoramento na apresentação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

A cada ano os Demonstrativos se mostram mais próximos de um valor patrimonial justo na medida em que retrata a adequação às normas contábeis ao tempo em que elas assim exigem. Permanecem refletindo o trabalho desenvolvido por toda a equipe de servidores do Tribunal cujo comprometimento, zelo e atenção com o propósito da instituição são suporte para que as informações contábeis sejam fidedignas e transparentes.

2. INFORMAÇÕES GERAIS – CONTEXTO OPERACIONAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na Rua: João Parolin, 224 em Curitiba, capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/aceso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

As principais atividades operacionais são: manutenção do cadastro eleitoral atualizado; organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos; processamento e julgamento dos pedidos de registro de

O Paraná possui 5,50% de todo eleitorado nacional, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view>)

candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador

e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais; processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos; processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.



IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

Juízes Eleitorais

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas Eleitorais em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.



Missão Institucional

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia



Visão Institucional

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades.



Valores

Ética, Valorização das Pessoas, Integração, Cidadania, Comprometimento, Sustentabilidade e Acessibilidade, Economicidade, Transparência, Celeridade, Confiabilidade, Inovação, Coerência.



PRINCIPAIS NORMAS DE ATUAÇÃO



Regimento Interno do Tribunal – Resolução 792/2017

Regulamento da Secretaria – Resolução 878/2021

<https://www.tre-pr.jus.br/legislacao/regimentos-e-regulamentos-1/regimento-interno>



Código de Ética - Resolução nº 709/2015

Programa de Integridade - Resolução nº 845/2019

<https://www.tre-pr.jus.br/institucional/conheca-o-tre-pr/competencia-e-responsabilidades>



Normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Manutenção do cadastro eleitoral atualizado

Organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos

Processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice- Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais

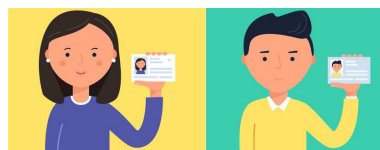
Processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos

Processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral

O Paraná possui 5,50% de todo eleitorado nacional, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view>)



PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS



Eleitores

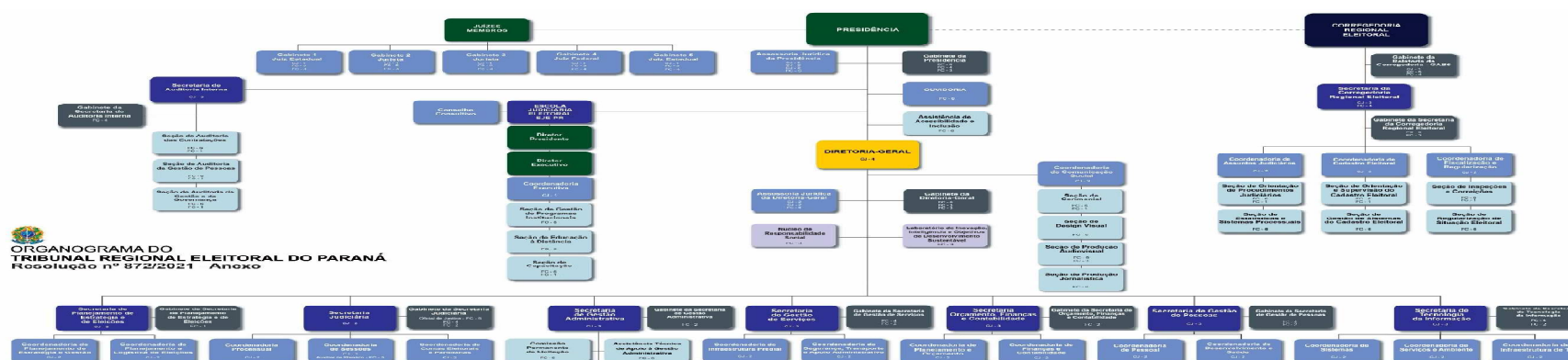


Sociedade



Partidos Políticos

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



❖ Saiba mais em <https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pr/organograma-e-contatos?SearchableText=organograma>



JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ EM NÚMEROS

Eleitores

8.458.085

Zonas Eleitorais

186

Seções Eleitorais

25.922

Locais de Votação

4.774

Urnas Eletrônicas

37.062

Partidos Políticos

32 órgãos estaduais
2.767 órgãos municipais

**Pessoas atendidas
pela EJE**

64.577

Servidores

857

Juizes Eleitorais

186

Membros da Corte

07

Orçamento Total

R\$ 442.094.490,76

**Orçamento
Empenhado**

R\$ 438.110.416,03

Orçamento Pago

R\$ 433.133.563,89

**Inscrição Restos a
Pagar**

R\$ 4.876.839,18

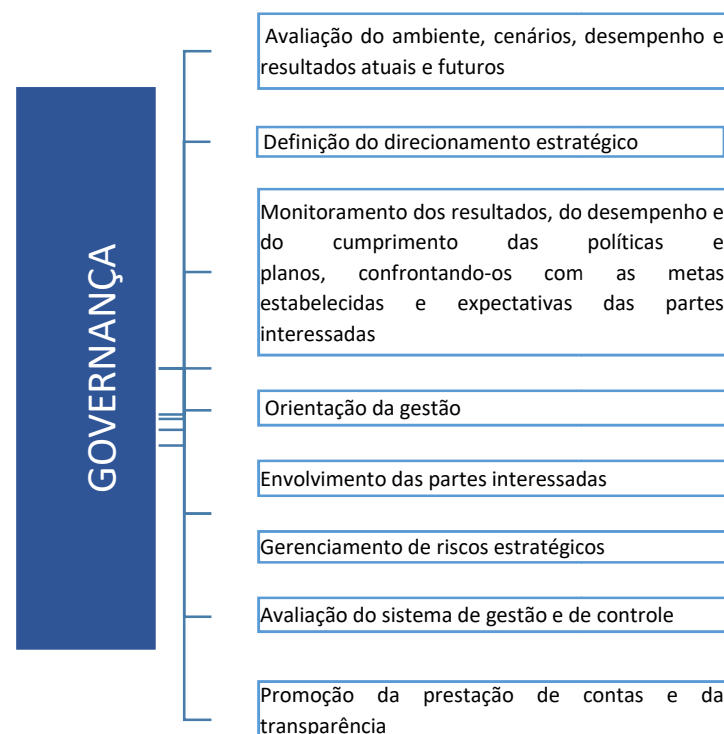
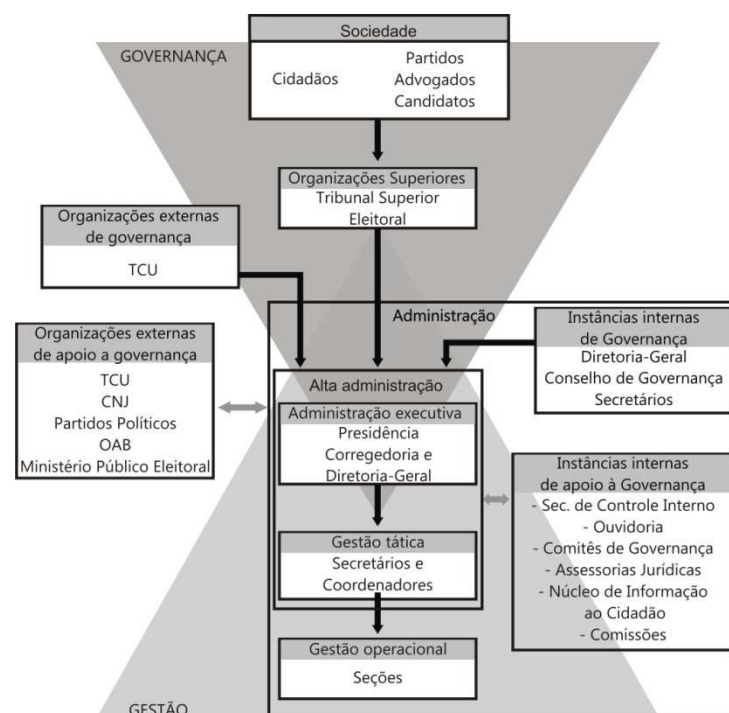


ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNANÇA

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão.

Conforme a Resolução TRE-PR nº 876/2021, adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões.

Saiba mais sobre governança em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia/governanca>.



Avaliação do ambiente, cenários, desempenho e resultados atuais e futuros

Definição do direcionamento estratégico

Monitoramento dos resultados, do desempenho e do cumprimento das políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e expectativas das partes interessadas

Orientação da gestão

Envolvimento das partes interessadas

Gerenciamento de riscos estratégicos

Avaliação do sistema de gestão e de controle

Promoção da prestação de contas e da transparência



Modelo de Governança



Conselho de Governança

Compete ao Conselho de Governança avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance das metas estabelecidas, bem como deliberar sobre temas estratégicos. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate



Comissões

São instituídas a critério da administração e responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês



Comitês

Aos Comitês compete a análise de temas específicos, de caráter permanente, alinhados com as matérias de competência do Conselho de Governança, incumbindo-lhe entre outros, manifestar-se sobre projetos e ações da sua área de atuação; propor ao Conselho de Governança ou Alta Administração o estabelecimento de metas e diretrizes gerais de gestão; definir estratégias para aumentar a produtividade e eficiência; propor normas de funcionamento e de políticas relativas aos seus temas; definir os riscos que serão tratados e mapeados; propor a criação de comissões ou grupos de trabalho; promover a divulgação de boas práticas. Os Comitês pertencentes à Governança estão previstos na Res. TRE/PR 902/2022.

Conselho de Governança

Comitês

Comissões



MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE-PR foi estabelecido a partir de 04 (quatro) eixos de atuação, essenciais para cumprir a missão institucional.

Cadastramento eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado

Processo Eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral

Judicância

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal

Relacionamento com a Sociedade

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação, e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política

CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor, por sua vez, apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, conseqüentemente, o cumprimento da sua missão institucional. Estes macroprocessos foram categorizados em 03 (três) perspectivas

Processos de Governança

Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade

Processos finalísticos

Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional (gestão do cadastro eleitoral, eleições, prestação jurisdicional, educação e cidadania). Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos

Processo de suporte

Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais (gestão administrativa, de serviços, orçamentária contábil e financeira, de pessoas, de tecnologia e informação)



RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E A SOCIEDADE

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral Brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência.

Mecanismos de Transparência

Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o TRE-PR mantém atualizado o Portal Transparência e Prestação de Contas – (<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>).

Desde 2019 o Tribunal transmite as sessões de julgamento ao vivo, por meio do canal YouTube (<https://www.youtube.com/user/treparana>).

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Instituído pela [Resolução CNJ nº 260/2018](#), é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais que se destacaram quanto ao fornecimento de informações claras e organizadas.

Em 2021 o TRE-PR cumpriu 91,75% dos itens relativos à transparência ativa e passiva.

Saiba mais em

<https://www.cnj.jus.br/ranking-da-transparencia-2020/>

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

3.1. Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

A contabilidade tem como objetivo a geração de informações de qualidade capazes de satisfazer os usuários no processo de tomada de decisão. No caso da contabilidade aplicada ao setor público, esse objetivo vai além e está intimamente ligado ao conceito *accountability* - prestação de contas e responsabilização, daqueles que administram o patrimônio público.

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. No setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros, de como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa. Também são úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos.

As demonstrações contábeis são organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000.

Os procedimentos adotados na formação de valor das demonstrações contábeis orientam-se pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp 9ª Edição, no Plano de Contas da União – Pcasp, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções, Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e/ou pela Secretaria de Orçamento e Finanças, Orientações da Setorial Contábil do TSE. São executados com zelo e cautela necessários objetivando assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

As demonstrações contábeis exigidas para o TRE-PR são:

- **Balanço Orçamentário:** Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.
- **Balanço Financeiro:** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- **Balanço Patrimonial:** evidencia os ativos e passivos do órgão.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

3.2. Principais Critérios e Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis, a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP e outras normas (leis, decretos e portarias) vigentes e seguindo as diretrizes contábeis e orçamentárias estabelecidas no Manual de Contabilidade 8ª edição.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada e é aplicado a todos os Tribunais Eleitorais.

3.2.1. Principais critérios contábeis

Quando mais de uma base de mensuração é utilizada na elaboração das demonstrações se faz necessário o esclarecimento dos critérios e o julgamento de suas aplicações quando os montantes afetaram e de que forma as demonstrações.

3.2.1.1. Reconhecimento de Ativos

Os Ativos são classificados em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE de acordo com a expectativa de realização e são reconhecidos como Ativos os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os aspectos de reconhecimento e mensuração estão em conformidade com o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as demais NBC TSP aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

- Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.
- Créditos e valores a receber: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os valores a receber referente ao adiantamento de auxílio alimentação são reconhecidos como despesa pelo regime de competência.
- Estoques: são ativos na forma de materiais ou suprimentos que serão consumidos ou empregados nos serviços técnicos e administrativos antes, durante e após o período eleitoral. São controlados pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SGM-C. Os registros de entrada são efetuados no sistema Asiweb pelo seu valor original de aquisição e incluem todos os custos incorridos para trazê-los em ao local e condições ideais de utilização. As saídas são registradas pelo método do custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04.
- Despesas pagas antecipadamente: Os valores pagos antecipadamente com a aquisição assinaturas de jornais, revistas, periódicos, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas, são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original. Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2023. Serão reconhecidas por procedimento automático do sistema Siafi à medida que incorridas tendo como base as informações imputadas em cronograma de realização de despesas na apropriação das notas fiscais.

- **Imobilizado:** é o item tangível que é mantido para o uso administrativo cuja utilização se dá por mais de um exercício. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, ou o valor da construção. Suas atualizações decorrem de: ajustes de depreciação, amortização e reavaliação conforme a característica do bem. O valor líquido contábil do imobilizado é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação ou amortização. Os registros contábeis estão sistematizados pelo que determina a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.
 - Bens Móveis: Compreende os bens que têm existência material e podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da sua característica inicial e destinação econômica. O registro inicial é efetuado pelo preço de aquisição acrescido de tributos não recuperáveis e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em funcionamento. São depreciados mensalmente em percentuais sobre valores compatíveis com a vida útil do bem
 - Bens Imóveis: Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados do local sem alteração de sua característica inicial. Os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias:
 - 1) Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra por utilizar parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema Spiunet mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.
 - 2) Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra.
- **Depreciação:** É a perda de valor de um bem decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência.

Para os bens móveis a metodologia de cálculo da depreciação é a das quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens são os constantes na tabela da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, amortização e exaustão. Há exceção para as urnas eletrônicas cujo índice foi indicado pela Coordenadoria de Patrimônio do Tribunal Superior Eleitoral – TSE a qual determinou que a vida útil das urnas é de 10 anos com residual de valor de 10%, portanto o percentual de taxa da depreciação é de 10% calculados sobre 90% do valor de aquisição. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb e os valores são lançados no sistema SIAFI pela Seção de Gestão do Patrimônio. É reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no Balanço Patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

Já a depreciação dos bens imóveis é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União a qual disponibiliza planilha de valores para a Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN efetuar o registro no SIAFI.
- **Intangíveis:** É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O registro inicial é efetuado pelo preço de aquisição acrescido de tributos não recuperáveis e quaisquer custos

diretamente atribuíveis para colocá-lo em funcionamento. São amortizados mensalmente em percentuais sobre valores compatíveis com a vida útil do bem. No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná são adquiridos apenas intangíveis na categoria “Softwares”. Classificam-se em:

- 1) Vida útil indefinida: Atribui-se vida útil indefinida a um intangível quando não existe um limite previsível para o período de tempo que poderá ser utilizado. O termo “indefinida” não significa “infinita”. A indicação se os softwares adquiridos têm vida útil indefinida é de responsabilidade da área técnica de informática e/ou do gestor do contrato de aquisição do software;
 - 2) Vida útil definida: Atribui-se vida definida o período de tempo ao qual o software poderá ser utilizado. A indicação da vida útil é de responsabilidade da área técnica de informática e/ou do gestor do contrato de aquisição do software. Os intangíveis assim classificados são amortizados mensalmente com percentual definido em função do tempo de utilização.
- Amortização: É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil. Para os ativos classificados com vida útil definida iniciam-se a partir do momento em que o bem está disponível para uso e cessa na data em que estiver totalmente amortizado pois não há valor residual. O valor é calculado mensalmente pelo sistema ASIWeb e registrado no Siafi pela Seção de Gestão do Patrimônio. É reconhecida no resultado em conta de variação patrimonial diminutiva em contrapartida a uma conta retificadora do ativo intangível.

3.2.1.2. Reconhecimento de Passivos

A classificação se dá pela exigibilidade das obrigações, sendo dividido em Circulante e Não Circulante. Passivos, são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

- Passivos circulantes: são obrigações derivadas de contrato de serviços e/ou materiais e de valores relativos à folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, removidos, requisitados e magistrados. São reconhecidos pelo regime de competência, com base de mensuração pelo seu valor histórico.
- Gratificação natalina: corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias de exercício no respectivo ano. Os duodécimos de gratificação natalina são apropriados mensalmente, por competência obedecendo as orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018. A base de valores para os registros advém de relatório, denominado SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.
- Férias: período de descanso anual que deve ser concedido ao servidor pelo período de 30 dias consecutivos, ou não. Apenas no primeiro ano de efetivo exercício o servidor está condicionado ao cumprimento do chamado “período aquisitivo” de 12 meses. Decorrido este tempo o servidor pode solicitar suas férias a partir do primeiro dia útil de janeiro do ano corrente. Conforme determina a Constituição Federal, o servidor faz jus ao adicional de 1/3 de sua remuneração a título de abono de férias.
A remuneração do servidor, no período em que usufrui férias, não tem rubrica, natureza de despesa e variação patrimonial diminutiva específica, impossibilitando a separação da

remuneração dos servidores em atividade daqueles em gozo de férias. Para tanto a Macrofunção Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018, estabelecem as regras para a determinação destes valores.

Os duodécimos de férias acrescidos de 1/3 são apropriados mensalmente, por competência, obedecendo as orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018. A base de valores para os registros advém de relatório, denominado SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

- Passivo anterior: refere-se a uma despesa não processada em época própria. Seu reconhecimento é oriundo desse não processamento e se caracteriza por não possuir dotação orçamentária. Dependem de autorização expressa do Ordenador de Despesas para seu registro contábil. São lançadas em conta de passivo indicador de superávit financeiro igual a “permanente” - ISF P em contrapartida a Ajustes de Exercícios Anteriores. A despesa se concretiza somente após comprovada e com suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la. É vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida autorização e disponibilidade.

No momento da execução da despesa orçamentária, o empenho é emitido com acionamento do comando “passivo anterior Sim”. Neste momento o saldo do passivo anterior será baixado em contrapartida a um passivo com ISF F.

As regras específicas dos registros estão contempladas na Macrofunção Siafi – 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos.

- Ajustes de Exercícios Anteriores: são registros efetuados no grupo do Patrimônio Líquido em decorrência de efeitos da mudança de política contábil, retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

As políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados na apresentação de demonstrações contábeis.

Os erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que: a) estava disponível quando da autorização para a publicação das demonstrações contábeis desses períodos; e b) pudesse ter sido obtida com relativa facilidade e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

As regras específicas dos registros estão contempladas na Macrofunção Siafi – 02.11.41 – Ajustes de Exercícios Anteriores.

3.2.1.3. Reconhecimento de Receitas

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas utilizando-se de sub-repasses financeiros efetuados mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

As receitas advindas de recolhimento de multas eleitorais sejam por eleitores e/ou partidos políticos são registradas em conta específica e por procedimento automático, imediatamente, repassados ao Fundo Partidário tendo em vista a regra previamente estabelecida no sistema SIAFI. Portanto possuem registros na contabilidade, mas não se somam às disponibilidades do órgão.

3.2.1.4. Reconhecimento de Despesas

As Despesas são escrituradas e registradas sob dois aspectos:

- aspecto patrimonial: se utiliza como critério para o reconhecimento das despesas o impacto da situação líquida patrimonial, sendo efetiva aquela despesa que altera a situação líquida do patrimônio, diminuindo-o como é o caso das despesas correntes ou despesa para fins contábeis, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. E não efetiva aquela despesa que não altera a situação líquida patrimonial a exemplo de despesas que representam a incorporação de um Ativo como é o caso das despesas de capital.
- aspecto orçamentário: o critério de escrituração e registro das despesas ou dispêndios orçamentários, como são chamados, obedece ao art. 35 II da Lei nº. 4.320/64: Pertencem ao Exercício Financeiro: II - As despesas nele empenhadas.

Restos a Pagar (RP): Sob o aspecto orçamentário o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

4. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná registra os lançamentos contábeis apenas de sua Unidade Gestora, a UG 070019 e exerce função de Setorial Contábil. A responsabilidade pela análise e validação das Demonstrações Contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade, cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 91 da Resolução 829/2019 (<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/resolucoes-tre-pr>).

A responsável pelo registro da conformidade contábil desde 15/10/14 é Angela Cristiane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/O-4). A servidora, lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade – FC 02.

Os procedimentos adotados pelo TRE-PR baseiam-se: nas NBC TSPs - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que lhe sejam aplicáveis, no Mcasp - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, no Pcas - Plano de Contas da União, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções. Também são atendidas as orientações, portarias, ofícios e/ou informações prestadas pela Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Ressalta-se que “Todas as atividades, têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).”

Durante o ano de 2022 as atividades contábeis foram focadas, em especial, na continuidade do atendimento de demandas advindas da publicação da Instrução Normativa nº 84 de 22/04/2020 expedida pelo Tribunal de Contas da União.

Todas as ações derivadas da IN nº 84 – TCU permanecem sob a coordenação da Seção de Auditoria e Governança. Através de diligências, em processos com temas específicos, foram solicitadas informações aos setores competentes as quais culminaram, invariavelmente, em registros contábeis de incorporações, desincorporações e/ou reclassificações.

Desta forma as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2022, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Eleitoral do Paraná – TRE-PR visto que:

- ✓ Todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade.
- ✓ Todos os eventos registrados, de fato, ocorreram.
- ✓ Foram registrados todos os eventos que deveriam estar registrados bem como Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido.
- ✓ Os direitos e obrigações são todos controlados.
- ✓ Ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização e alocação estão adequadamente registrados.
- ✓ Os eventos estão registrados em contas corretas.
- ✓ Não há inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis.
- ✓ Não há contas contábeis com saldo invertidos.
- ✓ Não houve restrições relativas à Conformidade de Gestão durante o ano de 2022.
- ✓ Não há comprometimento na qualidade das informações contábeis, pois são observadas as orientações, os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI e outros mecanismos colocados à disposição dos contadores da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – CFIC.



5. DECLARAÇÃO DA CONTADORA

DECLARAÇÃO DA CONTADORA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná			070019
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Unidade Gestora 070019. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na data referida e esta pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp 9ª Edição o Manual SIAFI e demais normas aplicáveis.</p>			
Local	Curitiba	Data	28/02/2023
Contadora Responsável	Angela Cristiane Sosnowski Cardoso	CRC nº	PR -032635/O-4

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público(NBC TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ªed.– MCASP e Manual Siafi. São elas:

Balanço Patrimonial: evidencia ativos e passivos do órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas(receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



6.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS									
ATIVO	NE	2022	2021	AH	PASSIVO	NE	2022	2021	AH
CIRCULANTE		10.151.046,91	10.566.782,70		CIRCULANTE		21.209.960,91	20.488.977,33	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.720.916,28	2.226.160,12	-22,70%	Obrigações Trabalhistas	8	21.079.535,88	20.357.664,84	3,55%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.082.941,62	1.306.330,35	-17,10%	Fornecedores		2.068,74	2.905,58	-28,80%
Estoques	3	3.378.637,78	3.416.508,10	-1,11%	Demais Obrigações	9	128.356,29	128.406,91	-0,04%
VPD's Pagas Antecipadamente	4	3.968.551,23	3.617.784,13	9,70%					
NÃO CIRCULANTE		410.872.114,72	358.321.510,94		NÃO CIRCULANTE		9.244,22	9.244,22	
Imobilizado		405.953.597,41	355.366.742,35		Demais Obrigações	10	9.244,22	9.244,22	0,00%
Bens Móveis	5	157.588.040,48	98.444.674,37	60,08%					
(-) Depreciação de Bens Móveis		(68.208.907,32)	(55.605.713,50)	22,67%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		399.803.956,50	348.390.072,09	
Bens Imóveis	6	318.075.189,42	314.063.904,50	1,28%	Demais Reservas	11	99.840.124,53	89.718.793,70	11,28%
(-) Depreciação de Bens Imóveis		(1.500.725,17)	(1.536.123,02)	-2,30%	Resultados Acumulados		299.963.831,97	258.671.278,39	
Intangível	7	4.918.517,31	2.954.768,59		Resultado do Exercício	12	53.528.041,25	12.531.347,76	327,15%
Softwares		8.192.808,61	5.976.473,76	37,08%	Resultados Anteriores	13	258.671.278,39	271.434.004,82	-4,70%
(-) Amortização acumulada softwares		(3.274.291,30)	(3.021.705,17)	8,36%	Ajustes de Exercícios Anteriores	14	(12.235.487,67)	(25.294.074,19)	-51,63%
TOTAL DO ATIVO		421.023.161,63	368.888.293,64		TOTAL DO PASSIVO		421.023.161,63	368.888.293,64	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	1.720.916,28	2.226.160,12	PASSIVO FINANCEIRO	4.888.861,57	7.011.678,61
ATIVO PERMANENTE	419.302.245,35	366.662.133,52	PASSIVO PERMANENTE	20.985.159,91	20.357.664,84
			SALDO PATRIMONIAL	395.149.140,15	341.518.950,19

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.505.420,87	2.462.319,87	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	91.160.015,77	76.696.282,56
Atos Potenciais Ativos	3.505.420,87	2.462.319,87	Atos Potenciais Passivos	91.160.015,77	76.696.282,56
Garantias Recebidas a Executar	3.437.685,12	2.391.950,71	Obrigações Contratuais a Executar	91.160.015,77	76.696.282,56
Direitos Contratuais a Executar	67.735,75	70.369,16			
TOTAL	3.505.420,87	2.462.319,87	TOTAL	91.160.015,77	76.696.282,56

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.157.733,42
Recursos Vinculados	-10.211,87
Previdência Social (RPPS)	0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-10.211,87
TOTAL	-3.167.945,29



6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	NE	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		11.290,01	7.404,63
Juros e Encargos de Mora		11.290,01	7.404,63
Transferências e Delegações Recebidas	15	445.604.675,90	377.067.978,96
Transferências Intragovernamentais		437.560.953,41	370.655.886,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas		8.043.722,49	6.412.092,39
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	16	48.351.729,51	3.667.785,93
Ganhos com Incorporação de Ativos		48.324.885,44	3.667.107,33
Ganhos com Desincorporação de Passivos		26.844,07	678,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17	5.733.021,00	3.821.125,84
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.733.021,00	3.821.125,84
Outras		5.733.021,00	3.821.125,84
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA		499.700.716,42	384.564.295,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	NE	2022	2021
Pessoal e Encargos	18	278.719.048,19	267.494.473,34
Remuneração a Pessoal		227.680.278,19	216.157.311,29
Encargos Patronais		39.216.239,22	39.801.561,83
Benefícios a Pessoal		11.822.520,78	11.535.520,22
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		10,00	80,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	54.701.096,70	53.135.694,03
Aposentadorias e Reformas		43.542.615,13	42.538.978,17
Pensões		11.047.689,72	10.460.709,11
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		110.791,85	136.006,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20	102.444.843,41	46.378.002,66
Uso de Material de Consumo		6.845.499,53	1.339.710,90
Serviços		86.170.490,96	36.917.037,03
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.428.852,92	8.121.254,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		650,79	1.762,95
Juros e Encargos de Mora		650,79	401,33
Descontos Financeiros Concedidos		-	1.361,62
Transferências e Delegações Concedidas	21	7.851.830,80	4.663.385,00
Transferências Intragovernamentais		5.780.300,24	3.849.150,04
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.071.530,56	814.234,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22	631.412,33	116.062,62
Perdas Involuntárias		52.863,02	116.062,62
Incorporação de Passivos		3.185,64	-
Desincorporação de Ativos		575.363,67	-
Tributárias		90.845,48	77.818,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		13.975,23	12.803,48
Contribuições		76.870,25	65.014,83
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23	1.732.947,47	165.748,69
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.732.947,47	165.748,69
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD		446.172.675,17	372.032.947,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = VPA - VPD	24	53.528.041,25	12.531.347,76



6.3. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO	
DEFICIT			438.110.416,03		438.110.416,03	
TOTAL	-	-	438.110.416,03		438.110.416,03	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		8.632.413,00			-8.632.413,00	
Créditos cancelados		8.632.413,00				
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	366.845.768,00	374.203.181,00	429.175.904,24	424.533.542,93	424.391.507,14	-54.972.723,24
Pessoal e Encargos Sociais	306.576.859,00	309.966.774,00	323.401.678,19	320.478.843,63	320.383.161,43	-13.434.904,19
Outras Despesas Correntes	60.268.909,00	64.236.407,00	105.774.226,05	104.054.699,30	104.008.345,71	-41.537.819,05
DESPESAS DE CAPITAL	7.723.000,00	8.998.000,00	8.934.511,79	8.922.056,75	8.922.056,75	63.488,21
Investimentos	7.723.000,00	8.998.000,00	8.934.511,79	8.922.056,75	8.922.056,75	63.488,21
TOTAL	374.568.768,00	383.201.181,00	438.110.416,03	433.455.599,68	433.313.563,89	(54.909.235,03)
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	50.856,19	3.953.029,39	1.835.578,14	1.835.578,14	2.168.307,44	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.564.000,00	538.177,11	538.177,11	2.025.822,89	-
Outras Despesas Correntes	50.856,19	1.389.029,39	1.297.401,03	1.297.401,03	142.484,55	-
DESPESAS DE CAPITAL	3.998,00	2.866.143,90	2.869.379,36	2.869.379,36	0,03	762,51
Investimentos	3.998,00	2.866.143,90	2.869.379,36	2.869.379,36	0,03	762,51
TOTAL	54.854,19	6.819.173,29	4.704.957,50	4.704.957,50	2.168.307,47	762,51
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	104.048,24	10.211,87	-	35.035,58	79.224,53	
Outras Despesas Correntes	104.048,24	10.211,87	-	35.035,58	79.224,53	
DESPESAS DE CAPITAL	-	14.146,80	14.146,80	-	-	
Investimentos	-	14.146,80	14.146,80	-	-	
TOTAL	104.048,24	24.358,67	14.146,80	35.035,58	79.224,53	



6.4. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS			
INGRESSOS	2022	2021	AH
Transferências Financeiras Recebidas	437.560.953,41	370.654.356,57	
Resultantes da Execução Orçamentária	435.308.699,38	367.019.639,24	
Sub-repasse Recebido	435.308.699,38	367.019.639,24	18,61%
Independentes da Execução Orçamentária	2.252.254,03	3.634.717,33	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.215.946,80	3.612.736,14	-38,66%
Demais Transferências Recebidas	2.312,13	7.113,80	-67,50%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	33.995,10	14.867,39	128,66%
Recebimentos Extraorçamentários	12.299.951,44	10.776.912,54	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	142.035,79	24.358,67	483,10%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.654.816,35	6.819.173,29	-31,74%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.759.106,29	104.707,73	1580,02%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.743.993,01	3.828.672,85	
Arrecadação de Outra Unidade	5.743.993,01	3.827.168,85	50,08%
Demais Recebimentos		1.504,00	-100,00%
Saldo do Exercício Anterior	2.226.160,12	217.290,84	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.226.160,12	217.290,84	924,51%
TOTAL INGRESSOS	452.087.064,97	381.648.559,95	
DISPÊNDIOS	2022	2021	AH
Despesas Orçamentárias	438.110.416,03	371.301.392,48	
Ordinárias	379.997.318,32	307.479.185,40	23,58%
Vinculadas	58.113.097,71	63.822.207,08	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		6.771.193,00	-100,00%
Previdência Social (RPPS)	53.389.053,03	52.828.248,08	1,06%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.724.044,68	4.222.766,00	11,87%
Transferências Financeiras Concedidas	5.780.300,24	3.849.150,04	
Independentes da Execução Orçamentária	5.780.300,24	3.849.150,04	50,17%
Movimento de Saldos Patrimoniais	5.780.300,24	3.849.150,04	50,17%
Pagamentos Extraorçamentários	6.475.432,42	4.271.857,31	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	14.146,80	11.294,19	25,26%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.704.957,50	4.147.808,77	13,43%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.756.328,12	112.754,35	1457,66%
Saldo para o Exercício Seguinte	1.720.916,28	2.226.160,12	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.720.916,28	2.226.160,12	-22,70%
TOTAL DISPÊNDIOS	452.087.064,97	381.648.559,95	



6.5. Demonstração do Fluxo de Caixas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
INGRESSOS	445.064.052,71	374.587.737,15
Outros Ingressos Operacionais	445.064.052,71	374.587.737,15
Ingressos Extraorçamentários	1.759.106,29	104.707,73
Transferências Financeiras Recebidas	437.560.953,41	370.654.356,57
Arrecadação de Outra Unidade	5.743.993,01	3.827.168,85
Demais Recebimentos	0,00	1.504,00
DESEMBOLSOS	-433.768.053,64	-364.750.837,77
Pessoal e Demais Despesas	-387.998.952,22	-321.984.435,05
Judiciário	-332.989.679,21	-268.977.226,38
Previdência Social	-54.976.521,78	-53.007.208,67
Encargos Especiais	-32.751,23	
Transferências Concedidas	-38.232.473,06	-38.804.498,33
Intragovernamentais	-38.232.473,06	-38.804.498,33
Outros Desembolsos Operacionais	-7.536.628,36	-3.961.904,39
Dispêndios Extraorçamentários	-1.756.328,12	-112.754,35
Transferências Financeiras Concedidas	-5.780.300,24	-3.849.150,04
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.295.999,07	9.836.899,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2022	2021
DESEMBOLSOS	11.801.242,91	7.828.030,10
Aquisição de Ativo Não Circulante	9.366.556,28	7.796.236,80
Outros Desembolsos de Investimentos	2.434.686,63	31.793,30
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	11.801.242,91	7.828.030,10
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-505.243,84	2.008.869,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.226.160,12	217.290,84
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.720.916,28	2.226.160,12

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis. Apresentam informações adicionais que as demonstrações por si só não revelam. Compreendem as informações sobre os principais fatores relacionados ao desempenho e aos resultados do órgão durante o exercício e as premissas que os corroboram sendo evidenciadas pelo contexto da entidade e seu ambiente operacional.

No setor público passaram a ser exigidas a partir do processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais em 2008, quando as definiram como parte integrante das demonstrações à medida que trazem informações adicionais relevantes, complementares ou suplementares às DCASP.

As notas explicativas têm como objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis pelos usuários da informação e da sociedade de forma geral, para que ocorra o entendimento, no contexto adequado, das informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais, legais, fiscais, sociais e de desempenho.

7.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do TRE-PR por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que podem impactar a maior ou a menor no patrimônio as quais são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

7.1.1. Ativo

Nota 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

Compõe-se do somatório dos valores em caixa e equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Caixa e Equivalentes		
Ano	2022	2021
Limite de saque com vinculação pagamento	1.711.672,06	2.216.915,90
Demais contas - Caixa Economica Federal	9.244,22	9.244,22
Total	1.720.916,28	2.226.160,12

O saldo do limite de saque com vinculação de pagamentos refere-se a recursos advindos de sub-repasses enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os recursos são recebidos pelo TRE-PR conforme programação financeira enviada mensalmente pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade ao Órgão Superior e são divididas por fonte, ou seja, para cada forma de pagamento há uma vinculação com o recurso que será utilizado.

As demais contas referem-se às cauções depositadas em garantia relativas à cessão de uso do restaurante do TRE-PR e ao contrato de empresa especializada em assessoria às planilhas de formação de custos. Os valores são geridos pela Caixa Econômica Federal e não se confundem com os do TRE, pois serão resgatados pelos contratados após o término da vigência de seus contratos

Nota 02 - Demais créditos e valores de curto prazo

Os adiantamentos concedidos referem-se aos registros contábeis de apropriações das folhas de pagamentos. São valores decorrentes de antecipação de salários dos servidores que estarão em férias no mês de janeiro de 2023 e o adiantamento do auxílio alimentação.

Demais créditos e valores a curto prazo			
Ano	2022	2021	AH%
Adiantamentos concedidos	1.082.941,62	1.298.056,97	-16,57%
Outros créditos a receber a curto prazo	-	8.273,38	-100,00%
Total	1.082.941,62	1.306.330,35	-17,10%

O decréscimo de 16,57% referente aos adiantamentos concedidos, em relação ao ano de 2021 está diretamente ligado ao quantitativo de servidores que optaram pelo adiantamento de salários de janeiro/2023. Os valores serão baixados em 2023 e reconhecidos em contas de resultado atendendo ao regime de competência da despesa conforme as premissas da Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento.

O montante relativo a “Outros créditos a receber a curto prazo” que dizia respeito à remuneração de servidor cedido ao Tribunal de Justiça do Paraná foi baixado pelo término da cessão.

Nota 03 – Estoques

Referem-se a valores de materiais adquiridos com a finalidade de utilização própria durante o curso normal das atividades, que ainda não foram utilizados ou tiveram uma destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04.

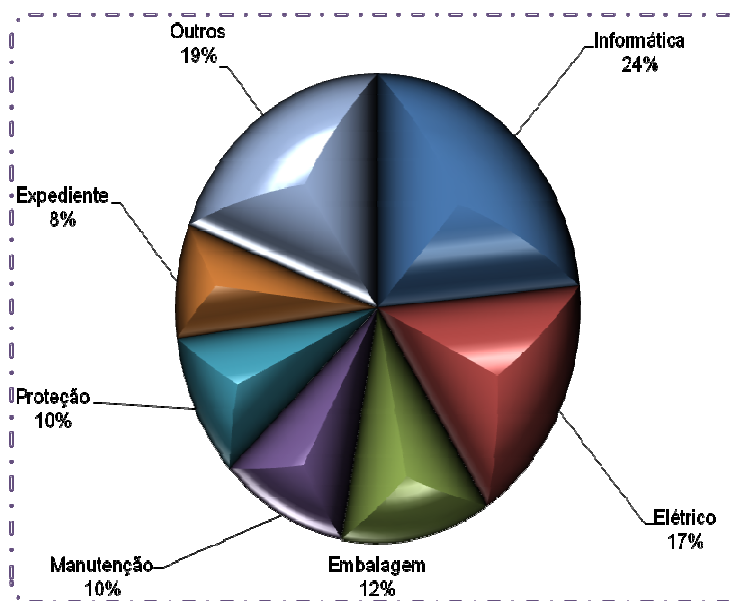
Mensalmente a Setorial Contábil do TRE-PR, realiza o confronto de saldos do Relatório de Movimentação de Materiais de Almoxarifado – RMMA (expedido pela Seção de Gestão de Material de Consumo) com os saldos das contas contábeis do SIAFI. Tal procedimento garante a confiabilidade e abrangência dos saldos considerando que eventuais inconsistências são regularizadas antes do fechamento mensal no sistema SIAFI.

Bens em Estoque				
Item de consumo	2022	2021	AV	AH
Material de Proces. de Dados	794.258,06	875.514,09	23,51%	-9,28%
Material elétrico e eletrônico	587.661,46	491.152,88	17,39%	19,65%
Material de Acondic. e Embalagem	403.987,41	342.547,32	11,96%	17,94%
Mat. p/ manutenção de bens imóveis	344.572,42	237.146,55	10,20%	45,30%
Material de proteção e segurança	334.483,32	311.047,59	9,90%	7,53%
Material de Expediente	264.561,53	529.215,16	7,83%	-50,01%
Material de Limpeza e Higiene	159.181,27	201.362,86	4,71%	-20,95%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	148.383,87	10.577,23	4,39%	1302,86%
Mat. p/ manutenção de bens móveis	116.303,03	127.133,75	3,44%	-8,52%
Material para áudio, vídeo e foto	61.203,50	72.277,07	1,81%	-15,32%
Material de Utilização em gráfica	43.764,12	85.857,67	1,30%	-49,03%
Uniformes, tecidos e aviamentos	40.036,36	20.569,50	1,18%	94,64%
Material de sinalização visual	33.802,83	23.435,66	1,00%	44,24%
Material de Copa e Cozinha	28.222,31	63.375,37	0,84%	-55,47%
Material técnico p/seleção e treinamento	8.945,91	2.634,76	0,26%	239,53%
Ferramentas	6.087,14	4.191,87	0,18%	45,21%
Gêneros de alimentação	1.993,97	15.775,74	0,06%	-87,36%
Combust. e Lubrific. p/ Outras Finalidades	650,47	70,47	0,02%	823,05%
Material Odontológico	478,40		0,01%	
Material para comunicação	60,40	2.622,56	0,00%	-97,70%
Total	3.378.637,78	3.416.508,10	100,00%	

O saldo contábil em 31/12/2022 representa o valor monetário dos materiais de consumo que estarão disponíveis para utilização nos próximos exercícios.

Os itens de maior estocagem referem-se a materiais e/ou suprimentos para fazer frente às necessidades das áreas de informática, administrativa, manutenções de imóveis, entre outros, utilização dos servidores da Capital de dos Fóruns Eleitorais do interior.

A movimentação dos itens de estoque, ou seja, as entradas e saídas, ocorrem conforme as solicitações dos Fóruns e Secretarias do Tribunal.



A movimentação do estoque durante o ano de 2022 ocorreu da seguinte forma:

Conta contábil	Movimentação do estoque			
Subitem	31/12/2022	Saídas	Entradas	31/12/2021
Material de tic - material de consumo	794.258,06	1.906.195,64	1.824.939,61	875.514,09
Material de expediente	264.561,53	455.729,11	191.075,48	529.215,16
Material elétrico e eletrônico	587.661,46	1.042.032,98	1.138.541,56	491.152,88
Material de acondicionamento e embalagem	403.987,41	243.457,00	304.897,09	342.547,32
Material de proteção e segurança	334.483,32	1.070.956,95	1.094.392,68	311.047,59
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	344.572,42	271.401,03	378.826,90	237.146,55
Material de limpeza e prod. De higienização	159.181,27	811.388,40	769.206,81	201.362,86
Material p/ manutenção de bens móveis	116.303,03	48.050,87	37.220,15	127.133,75
Material p/ utilização em gráfica	43.764,12	96.277,32	54.183,77	85.857,67
Material p/ áudio, vídeo e foto	61.203,50	88.208,06	77.134,49	72.277,07
Material de copa e cozinha	28.222,31	53.105,69	17.952,63	63.375,37
Material de sinalização visual e outros	33.802,83	87.879,51	98.246,68	23.435,66
Uniformes, tecidos e aviamentos	40.036,36	127.575,49	147.042,35	20.569,50
Generos de alimentação	1.993,97	130.393,23	116.611,46	15.775,74
Bandeiras, flamulas e insígnias	148.383,87	8.318,51	146.125,15	10.577,23
Ferramentas	6.087,14	3.387,55	5.282,82	4.191,87
Material técnico p/ seleção e treinamento	8.945,91	111.093,68	117.404,83	2.634,76
Material para comunicações	60,40	3.094,39	532,23	2.622,56
Combustíveis e lubrific. P/ outras finalidades	650,47	963,00	1.543,00	70,47
Material odontológico	478,40	462,20	940,60	-
Total estoque material consumo	3.378.637,78	6.559.970,61	6.522.100,29	3.416.508,10

Detalhamento e movimentação de entradas e saídas das aquisições de matérias de consumo poderão ser consultadas em:

[Bens Móveis — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

Nota 04 – Despesas pagas antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão em meses subsequentes. As despesas serão reconhecidas pelo regime de competência de forma automática pelo sistema SIAFI a partir de cronograma de realização incluso em documento hábil no momento da liquidação do empenho.

Variações Diminutivas pagas antecipadamente				
Ano	2022	2021	AV	AH
Prêmios de seguros a apropriar	59.380,69	25.110,31	1,50%	136,48%
Assinaturas e anuidade a apropriar	226.419,13	536.129,07	5,71%	-57,77%
VPD de Serviços pagos antecipadamente	3.682.751,41	3.056.544,75	92,80%	20,49%
Total	3.968.551,23	3.617.784,13	100,00%	119,93%

Decorrem do reconhecimento como despesa antecipadas, dos serviços contratados com aquisição de seguros de imóveis e assinaturas de revistas eletrônicas. Referem-se também a aquisição de softwares cuja emissão do empenho ocorreu como despesa de custeio no elemento de despesa de tecnologia da informação (33.90.40.XX). Esta prática vem sendo adotada desde o ano de 2020 quando, a partir da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019e da Auditoria de Gestão de Ativos, consolidou-se o entendimento de que, a depender do serviço de tecnologia da informação contratado o tratamento patrimonial adotado seria o de “despesas pagas antecipadamente”, com acionamento de cronograma de realização de despesas no momento da liquidação das notas fiscais, cumprindo assim a realização da despesa pelo regime de competência.

Imobilizado

Conforme o MCasp o imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. Segregam-se em bens móveis e os bens imóveis.

Imobilizado			
Ano	2022	2021	AH
Bens Móveis	89.379.133,16	42.838.960,87	108,64%
(+) Valor bruto contábil	157.588.040,48	98.444.674,37	60,08%
(-) Depreciação de Bens Móveis	-68.208.907,32	-55.605.713,50	22,67%
Bens Imóveis	316.574.464,25	312.527.781,48	1,29%
(+) Valor bruto contábil	318.075.189,42	314.063.904,50	1,28%
(-) Depreciação de Bens Imóveis	-1.500.725,17	-1.536.123,02	-2,30%
TOTAL	405.953.597,41	355.366.742,35	14,24%

Nota 05 - Bens Móveis

Compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Todos os bens móveis são gerenciados pela Seção de Gestão do Patrimônio através do sistema AsiWeb. As compras são registradas pelo valor das aquisições, acrescidos dos tributos não compensáveis e demais custos necessários para que os bens estejam aptos para utilização.



Conta Contábil	Descrição	Vida Útil (anos)	Percentual Depreciação	Valor Residual (%)
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	6,70%	10,00%
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	10	10,00%	20,00%
12.311.01.03	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., La	15	6,70%	20,00%
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	10	10,00%	10,00%
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	20	5,00%	10,00%
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	10	10,00%	10,00%
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	15	6,70%	10,00%
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	10	10,00%	10,00%
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	5	20,00%	10,00%
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétric	10	10,00%	10,00%
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	10	10,00%	10,00%
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	5	20,00%	10,00%
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10,00%	10,00%
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	10	10,00%	10,00%
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10,00%	10,00%
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10,00%	10,00%
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	4,00%	10,00%
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	10	10,00%	10,00%
12.311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	0,00%	-
12.311.05.01	Veículos Diversos	15	6,70%	10,00%
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	6,70%	10,00%
12.311.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10,00%	10,00%

A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb conforme o método de cotas constantes. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens são os constantes na tabela da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, amortização e exaustão.

A exceção encontra-se no percentual das urnas eletrônicas por serem bens específicos da Justiça Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral, a partir de estudo técnico, determinou a vida útil de 10

anos para as urnas. Portanto, em que pese todo o contingente de urnas estarem registrado/classificado como equipamento de processamento de dados, seu percentual de depreciação é de 10% a.a.

Mensalmente a Setorial Contábil do TRE-PR, realiza o confronto de saldos do Relatório de Movimentação de Bens – RMB (expedido pela Seção de Gestão Patrimonial), com os saldos das contas contábeis do SIAFI. Tal procedimento garante a confiabilidade e abrangência dos saldos considerando que eventuais inconsistências são regularizadas antes do fechamento mensal no sistema SIAFI.

Bens Móveis				
Ano	31.12.2022	31.12.2021	AV	AH
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	118.133.074,35	63.031.158,50	74,96%	87,42%
Mobiliário em geral	10.610.520,22	8.551.072,53	6,73%	24,08%
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	6.970.515,19	6.353.991,84	4,42%	9,70%
Veículos de tração mecânica	6.243.923,00	4.743.923,00	3,96%	31,62%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	4.826.354,88	5.000.247,98	3,06%	-3,48%
Peças não incorporáveis a imóveis	2.867.669,45	2.868.519,46	1,82%	-0,03%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	2.863.378,77	2.653.183,12	1,82%	7,92%
Maquinas e equipamentos energéticos	1.798.879,41	1.789.507,93	1,14%	0,52%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.018.037,21	1.005.659,46	0,65%	1,23%
Coleções e materiais bibliográficos	528.214,05	508.291,52	0,34%	3,92%
Aparelhos e utensílios domésticos	452.612,34	437.818,21	0,29%	3,38%
Maquinas e equipamentos gráficos	379.462,13	380.381,62	0,24%	-0,24%
Veículos em geral	258.367,13	257.217,13	0,16%	0,45%
Equipam/utensílios médicos,odonto,lab e hosp	208.940,36	208.542,36	0,13%	0,19%
Maquinas e utensílios de escritório	180.233,46	180.396,19	0,11%	-0,09%
Obras de arte e peças para exposição	159.645,38	159.645,38	0,10%	0,00%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	47.671,10	10.832,20	0,03%	340,09%
Aparelhos de medição e orientação	29.375,06	30.357,36	0,02%	-3,24%
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	6.188,15	6.188,15	0,00%	0,00%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	3.146,28	3.146,28	0,00%	0,00%
Maquinas e equipamentos industriais	1.282,56	1.282,56	0,00%	0,00%
Instrumentos musicais e artísticos	550,00	550,00	0,00%	0,00%
Bens moveis em elaboração	-	262.761,59	0,00%	-100,00%
Total Bruto	157.588.040,48	98.444.674,37	100,00%	60,08%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 68.208.907,32	- 55.605.713,50	-43,28%	22,67%
Total Líquido	89.379.133,16	42.838.960,87	56,72%	108,64%



A movimentação dos bens durante o ano de 2022 ocorreu da seguinte forma:

Conta Contábil	Movimentação			
	31.12.2022	Saídas	Entradas	31.12.2021
123110101 Aparelhos de medicaçao e orientacao	29.375,06	982,30	0,00	30.357,36
123110102 Aparelhos e equipamentos de comunicacao	1.018.037,21	12.165,86	24.543,61	1.005.659,46
123110103 Equipam/utensilios medicos,odonto,lab e hosp	208.940,36	0,00	398,00	208.542,36
123110105 Equipamento de protecao, seguranca e socorro	4.826.354,88	305.128,75	131.235,65	5.000.247,98
123110106 Maquinas e equipamentos industriais	1.282,56	0,00	0,00	1.282,56
123110107 Maquinas e equipamentos energeticos	1.798.879,41	59.565,44	68.936,92	1.789.507,93
123110108 Maquinas e equipamentos graficos	379.462,13	919,49	0,00	380.381,62
123110109 Maquinas, ferramentas e utensilios de oficina	6.188,15	0,00	0,00	6.188,15
123110112 Equipamentos, pecas e acessorios p/automoveis	47.671,10	0,00	36.838,90	10.832,20
123110121 Equipamentos hidraulicos e eletricos	3.146,28	0,00	0,00	3.146,28
123110125 Maquinas, utensilios e equipamentos diversos	6.970.515,19	56.566,99	673.090,34	6.353.991,84
123110201 Equip de tecnolog da infor e comunicacao/tic	118.133.074,35	3.241.434,53	58.343.350,38	63.031.158,50
123110301 Aparelhos e utensilios domesticos	452.612,34	6.501,77	21.295,90	437.818,21
123110302 Maquinas e utensilios de escritorio	180.233,46	162,73	0,00	180.396,19
123110303 Mobiliario em geral	10.610.520,22	123.528,68	2.182.976,37	8.551.072,53
123110402 Colecoes e materiais bibliograficos	528.214,05	263,69	20.186,22	508.291,52
123110404 Instrumentos musicais e artisticos	550,00	0,00	0,00	550,00
123110405 Equipamentos para audio, video e foto	2.863.378,77	184.742,11	394.937,76	2.653.183,12
123110406 Obras de arte e pecas para exposicao	159.645,38	0,00	0,00	159.645,38
123110501 Veiculos em geral	258.367,13	0,00	1.150,00	257.217,13
123110503 Veiculos de tracao mecanica	6.243.923,00	0,00	1.500.000,00	4.743.923,00
123110701 Bens moveis em elaboracao	0,00	2.384.615,95	2.121.854,36	262.761,59
123110801 Estoque interno	0,00	46.788.253,70	46.788.253,70	0,00
123119905 Bens moveis em transito	0,00	601.955,76	601.955,76	0,00
123119909 Pecas nao incorporaveis a imoveis	2.867.669,45	1.350,01	500,00	2.868.519,46
Total de Bens Móveis	157.588.040,48	53.768.137,76	112.911.503,87	98.444.674,37
123810100 * = Depreciacao acumulada - bens moveis	(68.208.907,32)	14.969.885,09	2.366.691,27	(55.605.713,50)
Total líquido dos bens móveis	89.379.133,16	68.738.022,85	115.278.195,14	42.838.960,87

Destaque para a movimentação dos equipamentos de tecnologia da informação e comunicação em função do ano eleitoral, em especial para a incorporação de 11371 urnas eletrônicas modelo 2020 as quais entraram para o patrimônio deste TRE na forma de recebimento por transferência vez que a aquisição dos equipamentos ocorreu de forma centralizada no TSE. A contratação ocorreu com a empresa Positivo Tecnologia S/A. No momento do recebimento dos

Equipamentos de informática			
Movimentação	Unidades	Entrada	Saídas
Urna Eletrônica modelo 2020	11371	46.788.253,70	
Urna Eletrônica modelo 2015 - TRE-SC	1850	3.478.814,00	
Urna Eletrônica modelo 2015 - TRE- RJ	1600	3.008.704,00	
Demais entrada de equipamentos		5.067.578,68	
Doação de equipamentos			2.050.367,57
Urna Eletrônica modelo 2010 - TRE-MS	700		85.022,00
Urna Eletrônica modelo 2010 - TRE-SC	400		48.584,00
Urna Eletrônica modelo 2010 - TRE-PA	500		60.730,00
Urna Eletrônica modelo 2010 - TRE- RJ	2100		255.066,00
Urna Eletrônica modelo 2010 - TSE	1256		152.553,76
Baixas por desfazimento de urnas			573.264,28
Baixas diversas			15.846,92
Total		58.343.350,38	3.241.434,53

bens, a Seção de Gestão do patrimônio elaborou documento hábil no Siafi o qual transferiu a responsabilidade de liquidação para o TSE. O formato de gestão de distribuição direta aos Tribunais, de urnas novas, é prática comumente adotada para amenizar custos de transporte e potencializar a logística da produção e distribuição

Importante evidenciar a movimentação de saída na conta de Bens móveis em elaboração no valor de R\$ 2.384.615,95, referente contrato nº 56/2021 com a empresa Green4T Soluções de TI Ltda. O objeto contratual foi o fornecimento, instalação, implantação e integração de uma solução de Datacenter Modular Seguro Outdoor que ampliou a capacidade de armazenamento, processamento e segurança dos dados da Justiça Eleitoral do Paraná. Considerando que a execução do contrato ocorreu em diversas

etapas e existia a impossibilidade de identificação precisa dos itens a serem patrimonizados, optou-se pela contabilização em conta de Bens em Elaboração. Com a execução do contrato finalizada, os valores foram transferidos para contas contábeis distintas e a data de início da depreciação dos equipamentos foi indicada pelo gestor do contrato como 01/10/2022.

Em 31/10/2022, o TSE encaminhou via email orientações de novos procedimentos de cálculos, em razão da necessidade de regularizar o valor contábil das urnas eletrônicas modelos 2013 e 2015, cujos valores sofreram distorções decorrentes da descentralização da base de dados do sistema e das iniciativas anteriores de unificação no âmbito da Justiça Eleitoral por meio dos Ofícios TSE nº 179/2020 e 110/2021 de modo a sanar o problema ainda no exercício de 2022. A partir das recomendações foi efetuado ajuste contábil no valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 4.947.620,10. Por se tratar de adequação de valores, e não de reavaliação, o total foi registrado em conta específica do Ativo em contrapartida à conta no grupo do Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercício Anteriores.

Maiores informações estão disponíveis em: [Bens Móveis — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

Nota 06 - Bens Imóveis

Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos segundo a definição do MCasp.

A composição contábil total dos imóveis do TRE-PR apresenta-se da seguinte forma:

Bens Imóveis				
Ano	31.12.2022	31.12.2021	AV	AH
Bens Imóveis Registrados no Spiunet	203.766.601,31	193.594.776,71	64,07%	5,25%
Bens Imóveis Não Registrados no Spiunet	114.253.548,11	120.469.127,79	35,93%	-5,16%
Total Bruto	318.020.149,42	314.063.904,50	100,00%	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-1.500.725,17	-1.536.123,02	-0,47%	97,70%
Total	316.519.424,25	312.527.781,48		

Subdividem-se entre imóveis registrados no Spiunet e não registrados no Spiunet tendo em vista que:

06.1) Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet:

São os imóveis que tiveram a documentação analisada por equipe especializada da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. A SPU utiliza critérios próprios de mensuração inicial dos imóveis por isso não se utiliza do custo efetivo da construção da obra.

As reavaliações ou atualizações de metragem são realizadas pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, no sistema Spiunet, tomando como base evidências apontadas pela Seção de Manutenção de Imóveis do Interior. Não há comissão formada por servidores ou laudo técnico de perito ou entidade especializada.

Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet				
Ano	31.12.2022	31.12.2021	AV	AH
Edifícios	200.341.789,27	179.696.113,60	98,32%	11,49%
Terrenos	3.424.812,04	13.898.663,11	1,68%	-75,36%
Total Bruto	203.766.601,31	193.594.776,71	100,00%	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-1.500.725,17	-1.536.123,02	-0,75%	-2,30%
Total	202.265.876,14	192.058.653,69		



06.1.1) Edifícios:

São as edificações propriamente ditas, as quais tiveram a documentação analisada por equipe especializada da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. A SPU utiliza critérios próprios de mensuração inicial dos imóveis por isso não se utiliza do custo efetivo da construção da obra.

A depreciação dos bens imóveis registrados no SpuNet é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/14. O registro contábil no SIAFI é efetuado pela Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN com base em planilha de valores disponibilizada pela SPU. Os valores são lançados em conta redutora de ativo com contrapartida em variação patrimonial diminutiva.

De se ressaltar que, no final do mês de junho de 2022, o saldo da conta redutora de Depreciação Acumulada, que apresentava o valor de R\$1.528.966,49, foi zerado por lançamento de ajuste executado pela Coordenação Geral de Contabilidade, unidade vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional, em contrapartida à conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido). O lançamento foi realizado sem interferência das unidades do TRE-PR, e consistiu, conforme 2022NL017649, em “Ajuste na depreciação acumulada de jun/2022 dos bens imóveis cadastrados no Spuinet, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e SIAFI”.

Necessário expor que os valores relativos aos Edifícios estão com os valores dos seus terrenos agregados ao total haja vista que não há, até o momento, uma comunicação adequada entre os

Imóveis Registrados no Spuinet					
IM	RIP	Fórum Eleitoral	Edifícios 12.321.01.02	Terrenos 12.321.01.03	Total Spui
IM0000175	5453000085000	PINHAIS	911.619,99	2.226.344,40	3.137.964,39
IM0000266	7419000195000	ANDIRA - PARANA	506.624,20	500.000,00	1.006.624,20
IM0000187	7427000155000	ARAPONGAS	841.146,20	740.835,00	1.581.981,20
IM0000171	7471000125000	CAMBÉ	921.591,72	575.000,00	1.496.591,72
IM0000222	7477000075002	CAMPINA GRANDE DO SUL	467.901,56	530.000,00	997.901,56
IM0000137	7483000465000	CAMPO MOURAO - PR	583.343,28	911.874,00	1.495.217,28
IM0000182	7495000485004	CASTRO	555.933,90	870.000,00	1.425.933,90
IM0000154	7505000265005	CIANORTE - PR	746.981,22	1.000.000,00	1.746.981,22
IM0000133	7513000255000	COLOMBO	810.954,92	167.782,60	978.737,52
IM0000309	7527000065007	CORONEL VIVIDA	541.634,49	390.754,00	932.388,49
IM0000219	7529000075009	CRUZEIRO DO OESTE	286.775,97	1.036.000,00	1.322.775,97
IM0000052	753500346500-7	CURITIBA/JOAO PAROLIN, 224	68.396.653,64	20.068.956,60	88.465.610,24
IM0000052	7535007715008	CURITIBA/JOAO PAROLIN, 24 - logis	3.857.569,59	4.866.385,44	8.723.955,03
IM0000052	753500851500-2	CURITIBA/JOAO PAROLIN, 55	36.639.042,05	12.692.350,14	49.331.392,19
IM0000130	7563008755009	FOZ DO IGUAÇU - PR	2.896.876,83	3.298.970,00	6.195.846,83
IM0000135	7565000605004	FRANCSISCO BELTRAO	761.163,74	1.850.000,00	2.611.163,74
IM0000226	7569000105004	GOIOERE	412.454,13	300.000,00	712.454,13
IM0000204	7633000095004	JAGUARIAIVA	469.581,05	296.788,47	766.369,52
IM0000261	7677000085000	MANDAGUARI - PARANA	569.952,23	345.000,00	914.952,23
IM0000316	769100158500-2	MARINGA - NOVO FÓRUM	4.144.069,77	7.470.391,56	11.614.461,33
IM0000158	7701000225003	MEDIANEIRA	506.992,22	388.798,80	895.791,02
IM0000231	7721000135009	NOVA ESPERANÇA	395.067,33	180.000,00	575.067,33
IM0000268	7733000355002	PALMAS - PARANA	496.191,35	105.944,74	602.136,09
IM0000141	7745001955007	PARANAGUÁ	1.149.562,08	395.726,90	1.545.288,98
IM0000220	7821000045006	RIO BRANCO DO SUL	412.454,13	70.890,62	483.344,75
IM0000258	7825000155009	ROLANDIA	524.140,90	60.221,52	584.362,42
IM0000139	7859000135002	SANTO ANTONIO DA PLATINA	794.262,42	1.397.792,00	2.192.054,42
IM0000162	7885005265000	SÃO JOSE DOS PINHAIS	2.122.734,95	565.266,01	2.688.000,96
IM0000269	7889000165000	SAO MIGUEL DO IGUAÇU - PR	337.277,00	102.507,00	439.784,00
IM0000305	7907000035001	SIQUEIRA CAMPOS	533.318,18	262.507,92	795.826,10
IM0000183	791500019500-0	TELEMACO BORBA	43.889,77	6.604,00	50.493,77
IM0000136	793500031500-0	UMUARAMA	876.153,53	489.000,00	1.365.153,53
IM0000256	8461000125009	SARANDI NO PARANA	677.935,54	798.000,00	1.475.935,54
IM0000160	9983000025002	FAZENDA RIO GRANDE	702.519,41	486.728,26	1.189.247,67
TOTAL			134.894.369,29	65.447.419,98	200.341.789,27

que desmembre os montantes. Entretanto internamente e em nível de gerenciamento a Setorial Contábil mantém controle individualizado das contas.



06.1.2) Terrenos:

Referem-se aos terrenos onde foram construídos os Fóruns Eleitorais. Estão registrados no Spiunet pois também passaram pela análise de equipe especializada da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. A SPU utiliza critérios próprios de mensuração inicial dos terrenos e no momento do cadastro por isso não se utiliza do custo efetivo da construção da obra

12.321.01.03 - Terrenos Registrados no SpiuNet						
IM	RIP	Fórum Eleitoral	31/12/2022	Saída	Entrada	31/12/2021
IM0000052	7535007715008	Curitiba, 24 - Centro Logístico	0,00	8.723.955,03	0,00	8.723.955,03
IM0000052	7535007715008	Curitiba - Francisco Nunes	2.951.812,04			2.951.812,01
IM0000127	7691001595008	Maringá	0,00	11.614.461,33	9.391.565,29	2.222.896,04
IM0000136	7935000415004	Umuarama	473.000,00	0,00	473.000,00	
Total Terrenos registrados no SpiuNet			3.424.812,04	20.338.416,36	9.864.565,29	13.898.663,08

Para detalhamento dos Fóruns Eleitorais cadastrados no Spiunet poderá ser acessado o link: [Patrimônio Imobiliário — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

06.2) Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet:

Referem-se aos valores das construções dos Fóruns Eleitorais do Paraná cujas obras estão encerradas e necessitam de análise da documentação enviada para a SPU por parte da equipe técnica.

Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet				
Ano	31.12.2022	31.12.2021	AV	AH
Edifícios	69.580.512,60	72.692.242,58	60,90%	-4,28%
Terrenos	44.258.029,80	47.274.282,95	38,74%	-6,38%
Obras em andamento	0,00	87.596,55	0,00%	-100,00%
Instalações	415.005,71	415.005,71	0,36%	0,00%
Total	114.253.548,11	120.469.127,79	100,00%	

No exercício de 2022, foi implementado registro de depreciação das Edificações não cadastradas no SpiuNet, tendo por base as mesmas premissas adotadas no registro da variação patrimonial lançada para os imóveis cadastrados no referido sistema, previstos na Portaria Conjunta STN/SPU Nº 3/2014. Para tanto, a depreciação acumulada do exercício 2022, calculada em R\$205.858,28, foi lançada em contrapartida à conta de resultado de Variação patrimonial diminutiva e, a que se refere a períodos pretéritos ao corrente, estimada em R\$1.211.773,68, à conta patrimonial de Ajuste de Exercícios Anteriores, totalizando, até 2022, depreciação acumulada de R\$1.417.631,96.

Nota 07 – Intangível

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Destaca-se por ser um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade, gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços conforme preconiza o Mcasp 9ª Edição. No TRE-PR 100% dos bens intangíveis representam aquisições de softwares.

Conta Contábil		Movimentação			
		31/12/2022	Saídas	Entradas	31/12/2021
124110101	Softwares Vida útil indefinida	4.640.530,31	158.047,00	965.781,85	3.832.795,46
124110201	Softwares Vida útil definida	3.552.278,30	0,00	1.408.600,00	2.143.678,30
Total bruto		8.192.808,61	158.047,00	2.374.381,85	5.976.473,76
124810100	Amortização acumulada	-3.274.291,30	410.633,13	158.047,00	-3.021.705,17
Total Líquido		4.918.517,31	568.680,13	2.532.428,85	2.954.768,59

Os softwares são apropriados pela Seção de Gestão do Patrimônio, ao custo de aquisição, no sistema Asiweb desde o ano de 2020 em decorrência da Orientação SOF/TSE nº 12/2019. A gestão e controle efetivos destes bens são de responsabilidade da Secretaria da Tecnologia da Informação.

A vida útil dos bens intangíveis é determinada pelo gestor da contratação, o qual detém o conhecimento técnico para afirmar por qual período o software será utilizado e gerenciado de forma eficaz pela administração. O cálculo da amortização é realizado pelo sistema Asiweb sob a forma de cotas constantes e registrado no Siafi Web pela Seção de Gestão do Patrimônio. Os softwares não possuem valor residual

No ano de 2022 o foco central da Secretaria da Tecnologia da Informação foi o aprimoramento da segurança cibernética com aquisições de soluções de gerenciamento de logs, eventos, ativos, patches, segurança para Banco de Dados

7.1.2. Passivo

Nota 08 - Obrigações trabalhistas a pagar - curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários, bem como benefícios que o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar com vencimento no curto prazo.

Obrigações a Pagar				
Ano	31.12.2022	31.12.2021	AV	AH
Salários e Remunerações (ISF F)	95.682,20	0,00	0,45%	100,00%
Pessoal a pagar (ISF P)	834.462,43	1.159.482,86	3,96%	-28,03%
Férias a Pagar	20.149.391,25	19.197.939,57	95,59%	4,96%
Encargos Sociais a Pagar	0,00	242,41	0,00%	-100,00%
Total Líquido	21.079.535,88	20.357.664,84	100,00%	

08.1) Pessoal a Pagar: os valores registrados como “pessoal a pagar (ISF F)” não se referem a valores devidos a servidores mas sim a compensações de PSSS parte Patronal, relativos a adesões a previdência privada do FUNPRESP, cujos eventos do sistema Siafi não estavam compatibilizados e/ou otimizados para o registro contábil ideal. O saldo, que também consta em Restos a Pagar Processados, será baixado em 2023 tendo em vista o ajuste contábil efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional no encerramento do exercício. Já os valores registrados como “pessoal a pagar (ISF P)” referem-se a licenças prêmio dos servidores que já cumpriram os requisitos para aposentadoria as quais poderão ser convertidas em pecúnia quando instaurado o processo de aposentação.

08.2) Férias a Pagar: O saldo contempla o valor de uma remuneração inteira acrescida de 1/3 de abono constitucional de todos os servidores que:

- não usufruíram férias de períodos aquisitivos completos;
- receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos completos mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito;
- não usufruíram férias de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90);
- receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90) mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito.

Os registros contábeis são efetuados mensalmente pela Setorial Contábil, na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, em conformidade com o estabelecido pela Macrofunção 02.11.42 – Folha de

Pagamento e Orientação Cofic/Sof/TSE nº 10/18 através das informações constantes no relatório do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

Nota 09 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende valores de terceiros em função de glosas e notas fiscais entre outros.

Demais Obrigações a curto prazo				
Ano	31.12.2022	31.12.2021	AV	AH
Depósitos retidos de fornecedores	125.578,12	128.406,91	97,84%	-2,20%
Depósito por devolução de valores	2.778,17	-	2,16%	100,00%
Total Líquido	128.356,29	128.406,91	100,00%	

Os depósitos retidos de fornecedores referem-se a glosas de notas fiscais em função de inadimplemento contratual seja pela falta de serviços ou entrega de materiais. Os valores foram inscritos em Restos a Pagar Processados e serão liberados após indicação dos gestores dos contratos.

Já os depósitos por devolução de valores referem-se a inconsistências de dados bancários de servidores que serão regularizados no ano de 2023.

Nota 10 – Demais Obrigações de Longo Curto Prazo

O valor de R\$ 9.244,22 refere-se à cauções oferecidas em garantia de dois contratos: Restaurante Família Tomé e Taxcon HR Ltda pela assessoria técnica nas planilhas de formação de preços para licitação.

7.1.3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, reconhecido no Balanço Patrimonial, demonstra a situação patrimonial líquida do órgão pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações. Integram o patrimônio líquido: reserva de reavaliação, resultados acumulados, resultado do período e ajustes de exercícios anteriores.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Patrimônio Líquido				
Ano	2022	2021	AH	AH
Reserva de Reavaliação	99.840.124,53	89.718.793,70	24,97%	11,28%
Resultado do Exercício	53.528.041,25	12.531.347,76	13,39%	327,15%
Resultados de Exercícios Anteriores	258.671.278,39	271.434.004,82	64,70%	-4,70%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-12.235.487,67	-25.294.074,19	-3,06%	-51,63%
Total do Patrimônio Líquido	399.803.956,50	348.390.072,09	100,00%	

Nota 11 – Reserva de Reavaliação

Determina o Mcasp 9ª Edição que quando o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento, deve ser evidenciado diretamente no Balanço Patrimonial onde será debitado em conta de Ativo e creditado em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) não sendo mais admitido o reconhecimento diretamente no resultado do exercício.



Durante o ano de 2022 houve reavaliação dos seguintes Fóruns Eleitorais:

Reserva de Reavaliação Bens Imóveis				
IM	Fórum Eleitoral	31/12/2022	Reavaliação	31/12/2021
IM0000052	Curitiba/Joa Parolin, 224	37.073.661,95		37.073.661,95
IM0000052	Curitiba/Joa Parolin, 55	42.649.204,85		42.649.204,85
IM0000130	Foz Do Iguacu - Pr	5.274.847,20		5.274.847,20
IM0000133	Colombo	151.172,24		151.172,24
IM0000139	Santo Antonio Da Platina	227.376,27		227.376,27
IM0000141	Paranaguá	329.079,93	135.825,02	193.254,91
IM0000154	Cianorte - Pr	175.242,45		175.242,45
IM0000158	Medianeira	59.076,38		59.076,38
IM0000162	São Jose Dos Pinhais	1.970.666,74		1.970.666,74
IM0000171	Cambé	268.347,99		268.347,99
IM0000175	Pinhais	301.718,67	301.718,67	
IM0000182	Castro	254.613,75		254.613,75
IM0000187	Arapongas	145.108,63	12.437,85	132.670,78
IM0000222	Campina Grande Do Sul	157.884,75		157.884,75
IM0000231	Nova Esperança	63.188,06		63.188,06
IM0000256	Sarandi No Parana	143.770,72		143.770,72
IM0000261	Mandaguari - Parana	260.579,56		260.579,56
IM0000266	Andira - Parana	22.695,79		22.695,79
IM0000268	Palmas - Parana	500.245,57		500.245,57
IM0000269	Sao Miguel Do Iguacu - Pr	279.784,00	279.784,00	
IM0000305	Siqueira Campos	85.380,78		85.380,78
IM0000309	Coronel Vivida	54.912,96		54.912,96
IM0000316	Maringá	9.391.565,29	9.391.565,29	
Total Reserva de Reavaliação		99.840.124,53	10.121.330,83	89.718.793,70

Tais valores originam-se em procedimentos adotados pela Coordenadoria de Material e Patrimônio cujos parâmetros são imputados no sistema Spiunet e posteriormente integrados ao sistema Siafi. Todavia o sistema Spiunet não teve atualização em seus parâmetros de registros, o que ocasionou a cada imput de reavaliação registro contábil em conta de resultado. Desta forma, com vistas ao cumprimento da norma foram efetuados ajustes com transição por contas patrimoniais dadas as vinculações

entre registros e inibições de utilização de contas contábeis, inerentes às peculiaridades do sistema Spiunet e do sistema Siafi. A solução técnica encontrada foi de sensibilizar a conta de Edifícios (sem registro no Spiunet - 12.321.02.02) em contrapartida à reserva de Reavaliação e em seguida proceder ao estorno da conta de Edifícios em contrapartida à variação patrimonial aumentativa. Desta forma atingiu-se o objetivo de evidenciar o valor da reavaliação em conta contábil específica de "Reserva de Reavaliação" classificada no Patrimônio Líquido.

Nota 12 – Resultado do Exercício

O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público. Desta diferença ocorreu um superávit de R\$ 53.528.041,25.

Resultado do Exercício	
Valores da DVP	Valor
Variações Patrimoniais Aumentativas	499.700.716,42
Variações Patrimoniais Diminutivas	446.172.675,17
Total	53.528.041,25

Ganhos por incorporação de Ativos		
Movimentação	Unidades	Valor
Urna Eletrônica modelo 2020	11371	46.788.253,70
Mídias para urna eletrônica	10761	684.202,74
Lacres para urnas eletrônicas	77861	838.864,63
Total		48.311.321,07

Do valor total do resultado do exercício de 2022 podemos atrelar 90,25% às transferências de urnas eletrônicas modelo 2020, mídias e lacres adquiridos e enviados pelo TSE

Por integrar o Patrimônio Líquido não se caracteriza como “sobra de caixa”.

Nota 13 – Resultado de Exercícios Anteriores

Os R\$ 258.671.278,39 representam o somatório algébrico de todos os resultados de exercícios anteriores desde a criação do órgão até o ano de 2021.

Nota 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Representam valores registrados no grupo do Patrimônio Líquido cujos fatos geradores ocorreram em anos anteriores em decorrência de mudança de critério contábil ou em atendimento à convergência das normas contábeis ou atendimento.

Composição da movimentação, separadas por registros:

- inerentes à execução orçamentária: valores inscritos formalmente em dívida, reconhecidos como “passivo anterior”, classificados como Despesas de Exercícios Anteriores cujos valores representaram saída de recursos vez que ocorreu a emissão dos empenhos, a liquidação por documentos hábeis e pagamento efetivo.

- Inerentes a procedimentos contábeis: referem-se a registros decorrentes de:

Continuidade de procedimentos implantados em 2021, a partir de reuniões realizadas entre os setores de patrimônio, contabilidade e auditoria. Na oportunidade definiu-se que a Coordenadoria de Materiais e Patrimônio encaminharia informações adicionais à Setorial Contábil sempre que ela realizasse atualizações no Spiunet que promovessem a alteração de valor no sistema (metragem adicionada entre outros elementos), subsidiando, desta forma, a análise para os devidos ajustes contábeis. No ano de 2022 foram encaminhados os processos relativos aos Fóruns de: Cruzeiro do Oeste, Rio Branco do Sul, São Miguel do Iguaçu, e Novo Fórum de Maringá.

Implementação do registro de depreciação das Edificações não cadastradas no SpiuNet, tendo por base as mesmas premissas adotadas no registro da variação patrimonial lançada para os imóveis cadastrados no referido sistema, previstos na Portaria Conjunta STN/SPU Nº 3/2014. Para tanto, a



depreciação acumulada até 2021 estimada em R\$1.211.773,68 foi lançada em conta patrimonial de Ajuste de Exercícios Anteriores.

Em 31/10/2022, o TSE encaminhou via email orientações de novos procedimentos de cálculos, em razão da necessidade de regularizar o valor contábil das urnas eletrônicas modelos 2013 e 2015, cujos valores sofreram distorções decorrentes da descentralização da base de dados do sistema e das iniciativas anteriores de unificação no âmbito da Justiça Eleitoral por meio dos Ofícios TSE nº 179/2020 e 110/2021 de modo a sanar o problema ainda no exercício de 2022. A partir das recomendações foi efetuado ajuste contábil no valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 4.947.620,10. Por se tratar de adequação de valores, e não de reavaliação, o total foi registrado em conta específica do Ativo em contrapartida à conta no grupo do Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercício Anteriores.

Ajustes de Exercícios Anteriores		
Item movimentado	Diminuição do PL	Aumento do PL
Passivo anterior - execução orçamentária		
Pessoal	-193.460,66	
Serviços	-32.546,47	
Diárias	-2.061,00	
Taxas	-3.279,12	
Ajuste de saldo decorrentes de auditoria férias a pagar	18.926,95	
Total de execução orçamentária	-212.420,30	0,00
Item movimentado	Diminuição	Aumento
Procedimentos contábeis		
Transferência para resultados acumulados		25.294.074,19
Baixa custo de construção Fóruns Eleitorais cadastrados no Spiunet	-4.078.956,63	
Baixa terrenos Fóruns Eleitorais cadastrados no Spiunet	-7.216.253,15	
Ajuste depreciação acumulada imóveis cadastrados no Spiunet		1.528.966,49
Reversão de valor aquisição terreno		4.200.000,00
Incorporação de bem localizado em inventário	-58,05	193,61
Adequação de cronograma de despesa antecipada	-98.198,27	
Depreciação imóveis	-1.211.773,68	
Depreciação urnas 2013 e 2015	-4.947.620,10	
Depreciação bens móveis	-35.401,09	
Cancelamento rpp	35.035,58	
Ajuste de saldo conforme relatório auditoria licença prêmio convertida em R\$		
Baixa de saldo exercício anterior planilha licença prêmio convertida em pecúnia	46.069,20	
Apropriação de licença prêmio convertida em pecúnia conforme planilha SFP	-245.071,28	
Total de procedimentos contábeis	-17.752.227,47	31.023.234,29
Total de execução orçamentária + procedimentos contábeis	-17.964.647,77	31.023.234,29
Saldo exercício anterior - 31/12/2021	-25.294.074,19	
Saldo do Exercício Atual - 31/12/2022		-12.235.487,67

7.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

7.2.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

Nota 15 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

As transferências e delegações recebidas relacionam-se aos recursos recebidos pelo TRE-PR para subsidiar toda sua atividade operacional fim. Incluem transferências de patrimônio entre os TRE's e lançamentos de cadastro da Secretaria de Patrimônio da União.

Transferências Recebidas				
Ano	2022	2021	AV	AH
Transferências intragovernamentais	437.560.953,41	370.655.886,57	98,19%	0,00%
Outras transferências recebidas	8.043.722,49	6.412.092,39	1,81%	0,00%
Total	445.604.675,90	377.067.978,96	100,00%	

As transferências intragovernamentais referem-se aos recursos financeiros recebidos do Tribunal Superior Eleitoral por meio de sub-repasses. São utilizadas para pagamento das despesas com os servidores, despesas para custear contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, as despesas para a aquisição de bens de natureza permanente e pagamento de restos a pagar inscritos. Em suma, destinam-se à execução do orçamento das despesas correntes e despesas de capital motivo pelo qual representam 98,19% de todo recebimento ocorrido durante 2022.

Estabelecendo um cruzamento das informações, as transferências intragovernamentais estão também apresentadas no Balanço Financeiro e na Demonstração de Fluxo de Caixa por referirem-se aos ingressos orçamentários e entradas de caixa respectivamente.

As intituladas outras transferências recebidas não tem relação com a execução orçamentária e financeira. Referem-se a recebimento por transferências de urnas eletrônicas dos TRE's de São Paulo e Rio de Janeiro-SP e principalmente pelo procedimento da Secretaria de Patrimônio da União ao cadastrar no sistema Spiunet terrenos e imóveis do TRE-PR.

Outras doações/trânsferências recebidas	
Descrição	31/12/2022
Recebimento em transferência 1850 urnas, modelo 2015 do TRE-SC	3.478.814,00
Recebimento em transferência 16000 urnas, modelo 2015 do TRE-RJ	3.008.704,00
Ajustes contábeis de depreciação urnas eletrônicas	1.165.686,00
Entrada material de consumo para copa: café, leite etc	194.694,49
Recebimento 2 webcams por doação da Receita Federal	93.385,62
Cadastro SPU/Spiunet -	50.493,77
Ajustes contábeis de aquisição de coletes secretários de prédios	43.380,00
Pecas e suprimentos para urnas eletrônicas	8.564,61
Total de outras transferências	8.043.722,49

Estas outras transferências correlacionam-se aos eventos demonstrados no Balanço Patrimonial, especificamente nos quadros de movimentação de bens móveis para as transferências entre Tribunais – Nota 06.

Nota 16 - Valorização de Ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos				
Ano	2022	2021	AV	AH
Ganhos com incorporação de Ativos	48.324.885,44	3.667.107,33	99,94%	1217,79%
Ganhos com desincorporação de Passivos	26.844,07	678,60	0,06%	3855,80%
Total	48.351.729,51	3.667.785,93	100,00%	

Dos ganhos com incorporação de ativos, 97% referem-se a incorporação de urnas 11371 unidades de urnas eletrônicas, modelo 2020, enviadas diretamente pela empresa Positivo Tecnologia S/A. Ressalta-se que a contratação com a empresa Positivo Tecnologia S/A foi efetivada com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE sendo este o responsável pela liquidação dos valores de aquisição (produção e fornecimento) das novas urnas. No momento do recebimento dos bens, a Seção de Gestão do patrimônio elabora documento hábil no Siafi o qual transfere a responsabilidade de liquidação para o TSE. O formato de gestão de distribuição direta aos Tribunais, de urnas novas, é prática comumente adotada para amenizar custos de transporte e potencializar a logística da produção e distribuição.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	
Descrição	31/12/2022
Urnas modelo 2020 - 11371 unidades	46.788.253,70
Lacres	838.864,63
Mídia de resultado	609.954,90
Mídia de aplicação	74.247,84
Ajustes contábeis	26.844,07
Códigos eleitorais	8.235,00
Outros	5.329,37
Total de outras transferências	48.351.729,51

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
Ano	2022	2021	AV	AH
Multas	3.748.716,88	2.629.706,53	65,39%	42,55%
Diversos	1.752.442,81	993.560,14	30,57%	76,38%
Restituições	231.861,31	197.859,17	4,04%	17,19%
Total	5.733.021,00	3.821.125,84	100,00%	

Entre as variações patrimoniais aumentativas estão os recolhimentos advindos das multas eleitorais impostas pelo código eleitoral e leis conexas. São valores que apenas transitam pelas contas contábeis da unidade gestora do TRE-PR haja vista seu destino final ser para o Fundo Partidário.

Classificadas como “diversos” estão outros tipos de recolhimentos que da mesma forma transitaram por contas contábeis e foram automaticamente transferidos para o Tesouro Nacional.

Tanto os valores classificados como “multas” quanto os “diversos” têm seus registros de saída/transferências evidenciados na Nota 23.

Já os valores contidos em “restituições” relacionam-se a descontos em folhas de pagamentos dos servidores recolhidos ao Tesouro Nacional por se reportarem a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores.

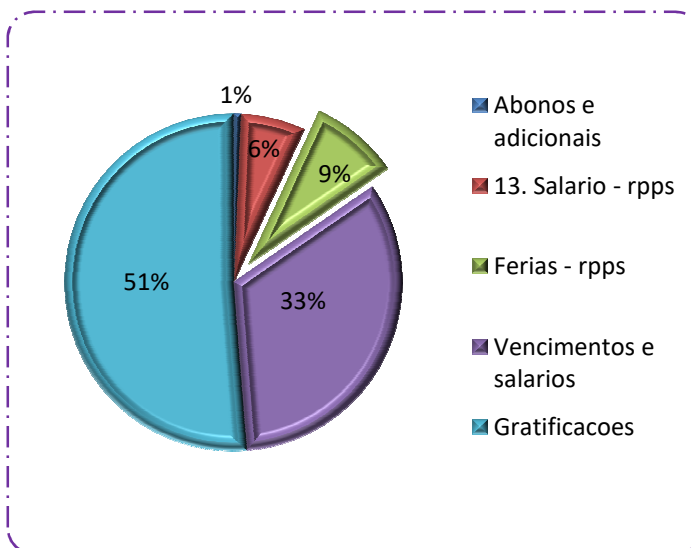
7.2.2. Variações Patrimoniais Diminutivas**Nota 18 – Pessoal e encargos**

Pessoal e encargos				
Ano	2022	2021	AV	AH
Remuneração a pessoal	227.680.278,19	216.157.311,29	81,69%	0,00%
Encargos patronais	39.216.239,22	39.801.561,83	14,07%	0,00%
Benefícios a pessoal	11.822.520,78	11.535.520,22	4,24%	0,00%
Outros	-	80,00	0,00%	
Total	278.719.038,19	267.494.473,34	100,00%	

A remuneração de pessoal corresponde ao somatório de vencimentos, adicionais, gratificação natalina, entre outras rubricas estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento a servidores ativos pelo efetivo exercício do cargo.

Compondo o saldo total da remuneração a pessoal constam R\$ 19.383.520,96 decorrentes dos registros contábeis mensais em conformidade com o estabelecido pela Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e Orientação Cofic/Sof/TSE nº 10/18. A base de dados advém de informações constantes no relatório do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento. Tais registros referem-se às apropriações, pelo regime de competência, dos duodécimos de férias acrescidos de 1/3 de abono constitucional de janeiro a dezembro de 2022. Não representam movimentação financeira e sua contrapartida está inserida no total de “Férias a pagar”- Nota 09.

Os encargos patronais compreendem as obrigações trabalhistas de responsabilidade do TRE-PR, incidentes sobre a folha de pagamento e contribuições a entidades fechadas de previdência dos servidores vinculados ao RGPS.



Integram o total dos benefícios a pessoal os valores relativos a auxílio alimentação e auxílio transporte.

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados no portal da Transparência deste Tribunal os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores, o detalhamento da folha de pagamento de pessoal e os valores dos cargos em comissão e funções comissionadas previstos na lei nº 13.317/2016. Os dados estão disponíveis para consulta nos links a seguir:

- Remunerações: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cn/relatorios/resolucao-cn/102-2009/resolucao-cn/102-2009-anexo-iii-a>;
- Detalhamento da folha de pagamento: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cn/relatorios/resolucao-cn/102-2009/resolucao-cn/102-2009-anexo-viii-out-2012> para;
- Cargos em comissões e funções: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cn/relatorios/resolucao-cn/102-2009/resolucao-cn/102-2009-anexo-iii-b>).

Nota 19 – Benefícios previdenciários e assistenciais

Benefícios previdenciários e assistenciais				
Ano	2022	2021	AV	AH
Aposentadorias e reformas	43.542.615,13	42.538.978,17	79,60%	2,36%
Pensões	11.047.689,72	10.460.709,11	20,20%	5,61%
Outros	110.791,85	136.006,75	0,20%	-18,54%
Total	54.701.096,70	53.135.694,03	100,00%	

A rubrica de aposentadorias corresponde ao somatório dos proventos e gratificação natalina. Seu leve aumento ocorreu em função de novas aposentadorias no ano de 2022.

Nota 20 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo				
Ano	2022	2021	AV	AH
Uso de material de consumo	6.845.499,53	1.339.710,90	6,68%	410,97%
Serviços	86.170.490,96	36.917.037,03	84,11%	133,42%
Depreciação e amortização	9.428.852,92	8.121.254,73	9,20%	16,10%
Total	102.444.843,41	46.378.002,66	100,00%	

Consumo		
Ano	2022	2021
Materiais de estoque	4.385.312,73	724.574,16
Material de processamento dados	1.672.046,97	181.721,01
Combustíveis e Lubrificantes	571.575,46	336.528,30
Outros	216.564,37	96.887,43
Total	6.845.499,53	1.339.710,90

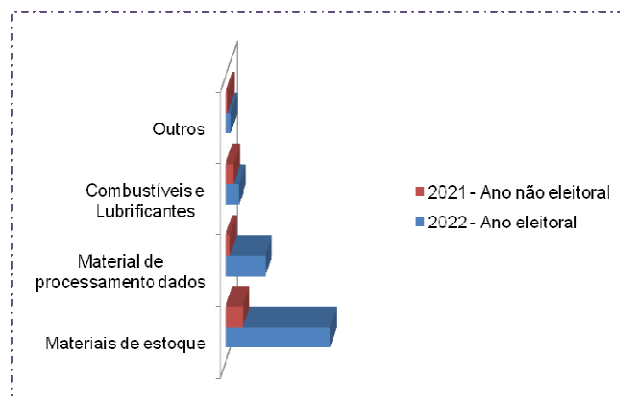
- Material de consumo:**

Todo o acréscimo ocorrido em material de consumo e serviços é decorrente do pleito eleitoral do ano de 2022

- Serviços:**

Serviços		
Ano	2021	2020
Administrativo e operacional	35.907.208,70	17.934.848,12
Técnicos profissionais	19.807.703,90	11.122.129,77
Auxílio Alimentação Mesários	13.722.906,22	14.928,83
Educacionais e culturais	5.049.891,60	2.715.457,75
Diárias, passagens e locomoção	7.288.254,28	788.381,21
Outros	4.394.526,26	4.341.291,35
Total	86.170.490,96	36.917.037,03

s serviços prestados dão o suporte necessário para a manutenção e continuidade da principal finalidade da Justiça Eleitoral que é organizar e realizar eleições. Dentro disto os serviços de apoio administrativo e os serviços técnicos profissionais permanecem como os maiores demandantes em execução orçamentária.



Nota 21 – Transferências e delegações concedidas

O total de R\$ 7.851.830,80 não se caracterizam como saídas de recursos, pois representam o envio ao Fundo Partidário dos valores arrecadados advindos das multas impostas pelo código eleitoral e leis conexas.

Nota 22 – Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Refere-se a procedimentos contábeis decorrentes de atualizações efetuadas no sistema Spiunet pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio dos Fóruns Eleitorais de São Miguel do Iguaçu e Maringá.

Nota 23 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refere-se à devolução de INSS Patronal, calculados sobre o valor da cota parte de agregados do plano de saúde da Unimed cujo processo de ressarcimento foi aberto no ano de 2020 na Receita Federal do Brasil sob nº 10980.724840/2020-81.

Nota 24 – Resultado Patrimonial do período

Resultado do Exercício	
Valores da DVP	Valor
Variações Patrimoniais Aumentativas	499.700.716,42
Variações Patrimoniais Diminutivas	446.172.675,17
Total	53.528.041,25

Obtido pela diferença entre os totais das Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas.

A diferença positiva de R\$ 53.528.041,25 deu-se em função especialmente por conta do recebimento de

11371 urnas eletrônicas modelo 2020 as quais foram as reavaliações de urnas eletrônicas e imóveis cadastrados no SpiuNet. Este valor integra o Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial e não se caracteriza como “Caixa ou Equivalente de caixa”.

Ganhos por incorporação de Ativos		
Movimentação	Unidades	Valor
Urna Eletrônica modelo 2020	11371	46.788.253,70
Mídias para urna eletrônica	10761	684.202,74
Lacres para urnas eletrônicas	77861	838.864,63
Total		48.311.321,07

Do valor total do resultado do exercício de 2022 podemos atrelar 90,25% às transferências de urnas eletrônicas modelo 2020, mídias e lacres adquiridos e enviados pelo TSE



8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os valores dos terrenos que não estão registrados pela SPU, poderão sofrer alteração no momento em que a Secretaria do Patrimônio da União promover o cadastramento dos imóveis no sistema SipuNet. Não há estimativa de valor em decorrência da impossibilidade de prever o momento certo, em que a SPU efetuará os registros em seu sistema.

Deverá ocorrer a atualização do sistema SPIUNET gerenciado pela SPU para que os valores de terrenos e edificações sejam desmembrados no Siafi. Se espera que esta atualização também equacione os registros contábeis relativos à reavaliações dos imóveis. Tanto a Setorial Contábil do TSE quanto a Secretaria do Tesouro Nacional estão cientes dos problemas relacionados ao sistema Spiunet e os reflexos causados nas demonstrações contábeis.

Os registros contábeis relativos aos créditos de energia elétrica gerados pela Usina Fotovoltaica foram efetivados durante o ano de 2022. Entretanto no mês de dezembro foram totalmente baixados pois há que se ajustar procedimentos relativos aos critérios orçamentários e contábeis. As faturas foram liquidadas, desconsiderando os valores dos créditos, que para 2022 foi de R\$ 1.540.238,59. Desta forma os valores lançados à conta de variação patrimonial diminutiva estão pelo valor líquido da despesa com energia elétrica.